

**“TRABALHADORES, CIDADINOS E CIDADÃOS”, PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DECISÓRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1970.** Adriano Del Duca, Márcia Teixeira de Souza, Samuel Candido de Souza – Ciências Humanas – Sociologia – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara.

O presente trabalho visa estabelecer um balanço histórico crítico acerca da questão participação da população no processo decisório municipal, bem como as dinâmicas sociais estabelecidas na luta por “novos espaços políticos” (SADER, 1988), através dos movimentos sociais populares e das organizações combativas dos trabalhadores, tendo como objeto central de pesquisa o município de São Paulo na década de 1970. A proposta desta realização conflui com um esforço por compreender concretamente as dinâmicas próprias ao período para que possamos estabelecer uma comparação contundente com a realidade presente, atualizando dados, e observando as contradições presentes no processo de participação e representação na vida política da população das cidades.

O período em foco tem como característica a restrição da participação política da população, a centralização do poder executivo e a dependência do município em relação a outras instâncias governamentais. O objetivo de tal arranjo era a eficiência técnica da máquina administrativa, ao mesmo tempo em que retirava a administração das pressões exercidas pelos diversos grupos sociais, que segundo o pensamento da época, era feito de uma maneira “demagógica”. Embora fossem conservadas as Câmaras Municipais como instituição, elas perderam seu caráter deliberativo. (CAMARGO et al, p. 108)

Nesse contexto, a câmara municipal passou a exercer outra função: a de interlocução entre as agências estatais e a população. É através da política clientelista que se efetua esta interlocução, ocorrendo troca de votos por benefícios de ordem material ou simbólica entre vereadores e determinados grupos sociais (suas clientelas). Isso fortalece uma relação vertical (entre superiores e subordinados) em detrimento de uma relação horizontal (solidariedade entre cidadãos). A política acaba por ser vista como troca de favores; princípios universalistas dão lugar a interesses específicos e a racionalidade na administração pública é preterida em razão de laços de compadrio e amizade e do tráfico de influências.

Já neste período as Sociedades de Amigos de Bairro (SAB's), criadas em 1934 por membros da chamada “aristocracia paulistana”, atuavam como forma de fazer pressão nas câmaras para verem atendidos as necessidades e direitos de moradores. Nas periferias a iniciativa foi adaptada, em 1953 foram implantadas durante a campanha de Jânio Quadros a maioria das SAB's nos bairros operários, estas funcionaram como um dos membros articulados do populismo e clientelismo de Jânio que o levou à Presidência em 1960 (BRANT; SINGER, 1981). Em períodos de maior liberdade política, como os anos que antecederam o Regime Militar, as Sociedades de bairro puderam influenciar nas decisões pela pressão que elas efetuavam frente aos políticos, a fim de verem atendidas suas reivindicações (geralmente relacionados a melhorias urbanísticas e a prestação de serviços públicos). Porém, em períodos de restrições à participação política como a que estudamos, as associações ficam sem condições de pressionar os políticos, acabando seus líderes cooptados pelas redes clientelistas.

Há, por parte da população cidadina a busca de um novo canal de interlocução entre a sociedade civil e Estado que possa fazer as vias de acesso aos processos decisórios sem ter de ceder à mediação prevista pela rede clientelista instalada na Câmara Municipal. A

emergência de novas formas de organização e atuação política por parte da população, representa um esforço maior que o da luta por canais representativos democráticos e acesso a direitos públicos básicos da vida urbana: caracteriza um momento de troca de experiências e criação de novos valores entre os trabalhadores, mediado pelos processos de mobilização que buscam a constituição de novos “espaços políticos” (SADER, 1988). Associações de bairro, Clube das Mães do Grajaú, Movimentos de Favelados de Itaquera, Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Comunidades Eclesiais de Base, Movimento do Custo de Vida, entre tantos outros movimentos que surgiram no período são expressões dessa possibilidade histórica construída pelos trabalhadores no contexto da luta pelos direitos democráticos de expressão, e por condições básicas de vida e trabalho.

Pode-se dizer de maneira geral que o papel desempenhado pelas Comunidades de Base é essencial neste processo, já que aglutina um número considerável de membros levados à militância através do contato tradicional com a religião católica, e que ao frequentar a comunidade da igreja do bairro, mediado pelo reconhecimento de demandas comuns, cria significativa identidade com os demais membros. Este modelo de organização subsidiou a origem de inúmeras associações de bairro, movimentos como os de favelados, o do Custo de vida, e até mesmo ampliando a atuação sindical.

Avalia-se aqui que tais processos foram desencadeados em geral pelas condições extremas de carestia às quais a população trabalhadora foi exposta em São Paulo no período de intensa modernização das estruturas produtivas e de acumulação do capital. A conjuntura da economia nacional no período, a concentração de renda, as condições da vida urbana impostas aos habitantes das periferias que se formavam na metrópole, e o recrudescimento da dominação pela falta de liberdades políticas, condensavam um conjunto espoliativo bastante agreste descrito profundamente no livro “São Paulo, 1975: crescimento e pobreza”, peça fundamental para a leitura que fazemos do período.

Importante também ressaltar que faz parte deste processo emergente dos movimentos populares urbanos a experiência do “novo sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico”, processo de organização dos trabalhadores metalúrgicos do ABC que propunha uma atuação sindical combativa, que de fato representasse a classe, em contraposição ao sindicalismo historicamente vinculado ao Estado e refém da legislação trabalhista que lhe impunha um papel assistencialista, impedia a negociação salarial e contratos de trabalho coletivos, entre outras limitações que tornavam o sindicato um instrumento menos à favor dos trabalhadores do que da política de controle do Estado. Esta corrente sindical impulsionou as maiores greves da história brasileira, com assembleias de 90 mil trabalhadores e manifestações que contaram com mais de 120 mil pessoas (SADER, 1988), deixando claro por si só a importância do movimento. No entanto tal movimento assume uma dimensão ainda mais peculiar já que está ligado à formação e construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), organizações que atualmente tem atuação significativa nos aparelhos estatais e na sociedade brasileira. Entendemos que a compreensão dos movimentos sociais e sua dinâmica política e social durante o período, é importante para refletirmos acerca das condições de vida e trabalho do proletariado urbano atual, e das estruturas democráticas que garantem o acesso destes aos processos decisórios do município.

A presente pesquisa é coletiva e vem sendo realizada em etapas pelo grupo PET – Ciências Sociais, de Araraquara. Divididos em grupos de trabalho, inicialmente realizamos seminários e pesquisa bibliográfica acerca dos temas referentes à época em que estamos estudando, com centralidade na análise da obra “São Paulo, 1975: crescimento e pobreza”

realizada pelo Cebrap. Atualmente realiza-se a etapa de consulta a banco de dados estatísticos a fim de atualizar dados apresentados no estudo supracitado. Não apresentamos ainda respostas aos questionamentos que levantamos, pois a pesquisa ainda esta inconclusa, o que se faz é a compreensão mais geral do momento histórico que analisamos e seus possíveis desdobramentos para que façamos conclusões lúcidas e coerentes a respeito das questões mais atuais.

### **Referências Bibliográficas**

BRANT, Vinícius; SINGER, Paul.(org). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes , 1981.

CAMARGO, Candido et al. *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KOWRICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

### **Bolsas**

Autor: PET

Co-autor: CNPq/PIBIC